



---

**XXII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXII ENANCIB**

**ISSN 2177-3688**

**GT-10 – Informação e Memória**

**<A MEMÓRIA DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS BRASILEIRAS E A PERSPECTIVA DECOLONIAL>**

**<*The memory of brazilian public libraries and a decolonial perspective*>**

**Daniele Achilles.** UNIRIO.

**Maria Lúcia Gonçalves.** UNIRIO.

**Ruyton Calheiro Peixoto.** UNIRIO. IFMA.

**Modalidade: Resumo Expandido**

**Resumo:** Enfatiza o enquadramento da biblioteca pública na perspectiva da colonialidade do poder, do saber e do ser. Aponta para a construção de narrativa sobre o conceito de biblioteca pública que conforma não só a organização social, mas as práticas dos sujeitos, bem como a história e memória dessas instituições. Aborda as relações entre colonialidade e decolonialidade e, a partir, da pesquisa social, de cunho teórico, com delineamento qualitativo e uso da pesquisa bibliográfica como procedimento metodológico propõe a desconstrução das camadas que compõem a memória do conceito biblioteca pública. Nesse sentido, o texto se coloca a partir da abordagem decolonial, reunindo alinhamentos que alertam para uma reflexão primeira sobre como a constituição da biblioteca pública no Brasil se deu a partir do emaranhado da colonialidade, repleto de heranças eurocêntricas, de funções e usos pautados na cultura do privilégio, permeados pelo racismo estrutural imposto e praticado até hoje. Conclui que propor a descolonização da memória do conceito biblioteca pública é desvelar outros modos de ler a história e a memória dos sujeitos, bem como dessas instituições. E, para, além disso, produzir uma iniciativa reflexiva sobre o tema.

**Palavras-Chave:** Biblioteca Pública Brasileira - Memória. Biblioteca Pública - Colonialidade. Biblioteca Pública – Descolonização – Conceito.

**Abstract:** It emphasizes the framing of the public library in the perspective of the coloniality of power, knowledge and being. It points to the construction of a narrative about the concept of public library that does not conform only to a social organization, but to the practices of the subjects, as well as the history and memory of the institutions. Relations as relations between coloniality and coloniality and, from social research, of a theoretical nature, with Establishing a qualitative design and using as a methodological procedure between methodological project the deconstruction of public proposals the memory of the bibliographic library concept. If from the colonial library, bringing together the functions thought about education for the study of public heritage in Brazil, the instruction of public heritage in Brazil was given, the instruction of Eurocentric heritages, library and uses placed in culture, permeated by the structural racism imposed and until today. It concludes that proposing the decolonization of the memory of the public library concept is to unveil other ways of reading the history and memory of subjects, as well as institutions. And, in addition, to repair the silencing and erasure, as well as the marginalization present in social dynamics.

**Keywords:** Brazilian Public Library – Memory. Publica Library – Coloniality. Public Library – Decolonization – Concept.



## 1 INTRODUÇÃO

Em um sentido mais geral, as bibliotecas públicas são instituições sociais, culturais e de memória que participam ou deveriam participar ativamente dos processos de organização social. Possui como função o provimento ao acesso à informação e ao conhecimento de forma democrática, sem qualquer distinção de sexo, etnia, idade, gênero como aponta os Manifestos da IFLA/UNESCO sobre as bibliotecas públicas, publicados em 1949, 1972 e 1994. Além disso, é definida como centro local de informação e vista como componente essencial da sociedade como aponta o Manifesto da IFLA/UNESCO (2022) recém publicado.

Os impactos gerados pelo desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação promoveram uma série de mudanças nas práticas cotidianas dos sujeitos, principalmente no que tange às dinâmicas de produção, uso, compartilhamento e disseminação da informação e do conhecimento, alterando também as relações entre biblioteca e sociedade.

Para repensar as questões relacionadas às bibliotecas públicas no Brasil é necessário, de antemão, uma revisão dos antecedentes históricos com a intenção de refletir sobre o modo como a construção do discurso tem sido registrada durante ao longo do tempo. Com vistas nisso, cabe destacar que essa comunicação tem como objetivo abordar um novo olhar para a memória do conceito biblioteca pública no Brasil, por via da perspectiva decolonial, entendendo decolonialidade como um conjunto de posicionamentos, posturas, horizontes e projetos ou ações de resistência, que admite a transgressão, intervenção e, até mesmo, a insurgência.

Assim, o uso de termo decolonialidade ao invés de descolonialidade se coloca como uma escolha de ordem epistemológica e política que tem como intuito evidenciar que não há um estado nulo de colonialidade, nem tampouco, uma passagem do período colonial para o não colonial, sem que padrões e elementos influenciem na construção das práticas sociais e culturais, por exemplo. Nesse sentido, a decolonialidade não nos conduz, a extinguir a colonialidade, mas provoca a desnaturalizar as epistemologias hegemônicas, produzindo uma forma de reflexão que retire do apagamento sabedorias e conhecimentos silenciados no curso da história.



A postura epistemológica e política apresentada pode descortinar fissuras como lugares de produção de possibilidades decoloniais. Com vistas nisso, se faz necessário salientar que a construção do conceito de biblioteca pública no Brasil, bem como de sua memória foi marcada pela colonialidade, e, por conseqüência, conservam ainda a narrativa do colonizador. Mas, como podemos olhar para essas fissuras? Discutindo a própria formação do conceito, como também do seu registro e o modo como ele é apropriado.

Assim, a necessidade de rever a memória do conceito biblioteca pública no Brasil e vincular essas instituições às dinâmicas comunitárias se faz urgente, afinal, esse tipo de biblioteca pode ser vista na atualidade como um lugar antropológico ou como um não-lugar conforme aponta Achilles e Silva (2019) e Silva, Achilles e Sabbag (2022). O conceito biblioteca pública no contexto brasileiro, muitas vezes, é visto a partir de uma representação social que a conecta a uma 'biblioteca pública do passado'. Isto significa dizer que as bibliotecas acabaram carregando cristalizações discursivas, funções, usos e heranças do processo colonial. Nesse sentido, arriscamo-nos a configurá-la a um não-lugar, ou seja, a um espaço sem apropriação, pertencimento ou reconhecimento por parte da comunidade.

Dito isto, essa comunicação mais ensaística se define a partir do seguinte movimento: o desvelar o que não está ainda visível, gerando um primeiro estudo de cunho social, teórico e descritivo, com delineamento qualitativo quanto aos seus objetivos, utilizando a pesquisa bibliográfica como procedimento metodológico. Por se tratar de uma primeira reflexão sobre tema, certamente ainda existirão determinadas cristalizações, engessamentos e narrativas colonialistas. E, por esse motivo, alinhamos à perspectiva decolonial que admite a presença dessas influências, mas, no entanto, também positiva o percurso investigativo como ações de resistência, que acolhe transgressões, intervenções e, até mesmo, insurgências.

Com base no exposto, esta comunicação foi organizada da seguinte forma: a) a colonialidade versus a decolonialidade; b) bibliotecas públicas brasileiras no contexto da colonialidade do poder, saber e do ser; c) decolonialidade e a memória do conceito biblioteca pública no Brasil.



## 2. A COLONIALIDADE *VERSUS* A DESCOLONIALIDADE

A proposta apresentada neste texto, mesmo sendo ainda marcada por discursos ou abordagens de autores eurocêntricos, assume certo deslocamento político e epistêmico, indicando uma inversão na análise de narrativas hegemônicas. Esse giro se coloca exatamente na hibridação presente na combinação teórica, bem como na submissão desta primeira reflexão sobre o tema no GT de Informação e Memória.

Ao conjecturar sobre a memória do conceito biblioteca pública no Brasil a partir da perspectiva Decolonial poderíamos chegar a dois caminhos: 1) a decolonização depende da compreensão da narrativa histórica; 2) a produção de possibilidades decoloniais a partir da identificação de fissuras nos conduz à uma narrativa com posicionamento político epistêmico.

Ao enfatizar a influência da colonialidade, Grosfoguel (2008) trabalhou com termos como ‘colonização do poder, epistemologias de fronteiras, transmodernidade, novas utopias, outras utopias’, além disso, o autor alertou para uma cartografia diferenciada das relações de poder globais no âmbito do ‘sistema mundo europeu/euro-norte-americano moderno capitalista/patriarcal’. Com isso, os apontamentos sobre a narrativa histórica, foram inicialmente localizados a partir de autores como Foucault, Jacques Le Goff, Paul Veyne e Chimamanda Ngozi Adiche. Essa combinação se justifica porque entendemos esse texto como um processo em curso.

Le Goff (2015) afirma que a história, assim como o tempo, parece contínua, mas na verdade, é feita de mudanças. Já Paul Veyne (2014) afirma que a história é um conjunto descontínuo, formado por domínios, cada um deles definido por uma frequência própria. Assim, caminhando pelo terreno da história, compreendendo sua dimensão sólida e, ao mesmo tempo, fragmentária, é possível indicar a importância da mudança do deslocamento, isto é, a admissão de que a história não pode ser única, tal como nos alerta Chimamanda Adichie (2019).

Ao propor uma reflexão sobre a análise da memória do conceito biblioteca pública no Brasil consideramos que a existência da colonialidade do poder (QUIJANO, 2005) tem, inicialmente, relação direta com o processo de constituição da América, e, em seguida com as dinâmicas de propagação do capitalismo eurocentrado, sedimentado através das relações



de poder e dos mecanismos de exclusão, baseados na classificação por raça. Basicamente, a América Latina legitimou uma série de processos de relações de dominação européia, impondo padrões de superioridade calcado na ideia de uma estrutura biologia/racial diferenciada (QUIJANO, 2005).

A colonialidade do poder consiste na identificação de povos a partir de fenótipos estabelecidos pelo pensamento ocidental. Assim, o marcador 'raça' passou a ser uma espécie de instrumento para a dominação mais eficaz, impactando em outros aspectos que compõem a malha do tecido social (questões de gênero, de sexualidade, ambientais, culturais, econômicas, de conhecimento, políticas, etc). (QUIJANO, 2005).

Dessa forma, é possível afirmar que a colonialidade do poder produz a divisão, ressaltando a condição de inferioridade dos dominados/colonizados. Essa produção calcada no racismo, que até hoje, no Brasil, se coloca de maneira estrutural, revelando assim, a dicotomia: colonizador - colonizado, marcando uma distinção que é hierárquica e classificatória (bom ou ruim; forte ou fraco; rico ou pobre; melhor ou pior, por exemplo).

Nesse sentido, o pensamento colonial se estrutura a partir na colonialidade do poder e sua centralidade está na colonialidade do saber, assim como do ser. Isso se expressa como um processo que perpassa por diferentes dimensões e camadas da sociedade. Segundo Lander (2000), a instância da colonialidade do saber derivou do pensamento moderno produzindo determinados padrões hegemônicos, superiores e tidos como naturais. Mas, onde estaria o espaço para os saberes considerados 'marginalizados', por exemplo?

Diante disso, cabe destacar que tudo isso também resvala para o processo de formação das instituições, afinal instituições também são pessoas. Ou seja, o espaço pode ser visto como o lugar para conformar comportamentos e discursos, como já nos alertava Mueller (1984): bibliotecas devem servir ao controle social, para distrair os homens exaustos.

A reflexão aqui proposta se coloca como um pontapé inicial admitindo a perspectiva decolonial como uma forma de transgressão à colonialidade do poder, do saber e do ser. A Decolonialidade definida como uma corrente de pensamento foi impulsionada pelos estudos sobre Modernidade, Colonialidade e Decolonialidade (MCD). Participam deste grupo, estudiosos tais como: Aníbal Quijano, Edgard Lander, Enrique Dussel e Walter Mignolo. A intenção dessa corrente de pensamento é prover a desconstrução de padrões, conceitos,



perspectivas e abordagens voltadas para a subalternização dos sujeitos. E, se colocam em uma via que admite e visibiliza, potencializa e positiva fissuras afirmando às diferenças, a partir de um deslocamento do discurso hegemônico. Um movimento que retira do esquecimento os subalternizados, provendo reflexões e iniciativas de libertação social, política, cultural, econômica e moral desses sujeitos por via da mobilização social.

### **3. BIBLIOTECAS PÚBLICAS BRASILEIRAS NO CONTEXTO DA COLONIALIDADE DO PODER, SABER E DO SER**

O termo Biblioteca Pública denomina bibliotecas que estão sob os cuidados do poder público e que possuem a função de prestar serviços e oferecer produtos à comunidade, além de prover o acesso à informação e ao conhecimento, a qualquer cidadão de forma gratuita. A primeira biblioteca pública brasileira surgiu em 1811, em Salvador, na Bahia, logo depois da chegada da Família Real no Brasil, em 1808. A Real Biblioteca pertencia aos reis de Portugal, enquanto a biblioteca pública foi fundada por iniciativa de Pedro Gomes Ferrão Castelo Branco (SUAIDEN, 1979).

Em uma época marcada por uma sociedade de economia agrária e escravagista, a biblioteca pública da Bahia e outras da mesma tipologia que surgiram neste período foram construídas para uma elite letrada, excluindo assim, a maior parte da população, em sua maioria analfabeta (OLIVEIRA, 1994). Essas instituições eram mantidas e geridas por meio de doação de sócios e seu acervo era constituído de obras vindas do exterior, isto é, de Portugal e outros países da Europa (MORAES, 1979), abrangendo obras em outros idiomas: francês, inglês e espanhol. A vinculação dessas bibliotecas ao poder público ocorreu por volta de 1822, após a proclamação da independência. Foi no século XIX que as primeiras bibliotecas públicas foram sendo criadas e implantadas em localidades centrais dos estados brasileiros (ERMAKOFF, 2015).

A biblioteca pública brasileira não nasceu de uma demanda social coletiva da maioria da população, mas sim de uma iniciativa individual e particular, sendo o acesso voltado para apenas para parte da população. Mas, e a população escravizada, analfabeta? E as mulheres? Sem qualquer representatividade, as pessoas postas em condição de subalternização sempre foram banidas do acesso à informação e ao conhecimento. E, nesse



contexto, podemos situar as questões ligadas ao racismo estrutural que vivenciamos até hoje.

Bibliotecas públicas formadas para apoiar a educação, no entanto, construídas em bairros mais centrais, isto é, produzindo ainda mais processos excludentes que desconsideravam a população das periferias. Com o desenvolvimento industrial, a sociedade passou a carecer de profissionais que pudessem atuar nas indústrias e ocupar novos cargos que estavam surgindo. Com isso, podemos nos questionar qual era a demanda informacional? Uma demanda da sociedade ou de parte dela? Certamente de parte dela.

De modo mais didático, Oliveira (1994) e Paiva (2008) associaram o surgimento das políticas públicas ao regime de governo vigente em cada época e, a partir daí, é possível observar que uma série de medidas tomadas visando à manutenção do controle social e, que também garantissem e regulamentassem os direitos e deveres dos trabalhadores. O processo de industrialização e o êxodo para os centros urbanos foram tornando as bibliotecas lugares voltados para a alfabetização e para o atendimento das demandas do mercado de trabalho que surgia na época.

Mais tarde, com a ditadura militar, ações e iniciativas voltadas à restrição à informação e ao conhecimento, bem como o monitoramento de atividades ligadas à educação e à cultura se definiram. Sobre tal fato, pode-se dizer que nesse período as bibliotecas, de uma forma geral, vivenciaram a opressão, a censura, o silenciamento e o apagamento extremado no que tange a produção do conhecimento e preservação da cultura. Mais uma vez, as bibliotecas passaram a ser territórios dotados de controle efetuado por uma espécie de vigilância.

Em resumo, as bibliotecas públicas brasileiras enquadradas na colonialidade do poder, saber e ser conservam até hoje um conjunto de funções que se distanciam da realidade dos sujeitos. Bibliotecas que criam perspectivas para organização social privilegiando as estruturas de poder, modulando os mecanismos de exclusão do saber e operando a favor da conformação de hábitos do ser, segundo a lógica do Estado.



#### **4. CONSIDERAÇÕES POSSÍVEIS: DECOLONILIDADE DA MEMÓRIA DO CONCEITO BIBLIOTECA PÚBLICA NO BRASIL**

Em nosso passado recente a biblioteca pública era pensada e construída para uma parcela letrada da população, com seus produtos e serviços selecionados e elaborados para atender às demandas de tais sujeitos. Acervos contendo obras de autores clássicos da literatura brasileira e universal; obras das diferentes correntes científicas contemplando autores do eixo euro-norte-americanos e os discursos que patenteiam e ratificam as visões eurocêntricas de mundo, ideias patriarcais, validando e fortalecendo o discurso, a versão única ou limitada para as áreas do conhecimento e objetos estudados. Essa prática tem gerado a perpetuação da história única e do racismo estrutural.

Bibliotecas voltadas para o controle social vêm perdendo espaço na contemporaneidade, uma vez que a “facilidade” de acesso à informação tem, em certa medida, substituída a importância desse tipo de instituição para a população local. Assim, na atualidade, a biblioteca pública no Brasil não deve ser vista ou compreendida como uma instituição que oferece produtos e serviços de maneira verticalizada, ou como detentora do conhecimento que apenas alguns sujeitos consideram válido. O deslocamento ao qual nos referíamos no tópico anterior é: um biblioteca pública que precisa deixar de ser porta-voz do discurso dos grupos dominantes nas sociedades.

Emir Suaiden, já na década de 1980, nos provoca os sentidos sobre esta Biblioteca Pública, quando afirma, que no Brasil esta é uma instituição “escolarizada”, ou seja, voltada para os processos que envolvem a educação formal dos sujeitos. Naquele contexto, a escola ainda atendia a uma parcela reduzida da população e isto nos suscita algumas reflexões:

- O entranhamento da biblioteca pública nas malhas sociais brasileiras foi, provavelmente, irrisório durante muitas décadas, uma vez que a sua relação com a população se via condicionada, na maior parte dos casos, ao processo formal de ensino-aprendizado?
- A ideia ou senso comum de que a instituição é destinada ao cidadão letrado, criou uma celeuma em torno da mesma e com o restante da sociedade?
- O entendimento de que leitura é a capacidade de decifrar o código linguístico vigente, a partir do suporte impresso e de um vocabulário pré definido,



reforça o desvinculo da instituição com a classe popular, trabalhadora, operária, rural?

- A composição do acervo, que afirma e reforça o discurso da elite dominante e reprodutora de ideias e costumes eurocêntricos, deixa de representar os povos ou grupos originários, os grupos sociais e os grupos minoritários da localidade onde a biblioteca se situa?
- A oferta de serviços que não refletem ou contemplam as necessidades dos atores sociais locais, gera falta de sentido da população em relação à instituição?
- A apresentação da cultura e da memória nacional, subordinadas e moldadas pelo discurso político dominante ou vigente (POLLAK, 1992), por mais que marque o imaginário da população, em muito se afasta da realidade de parte considerável deste mesmo povo e peca por deixar de representar os construtores da cultura e da memória diária?
- A falta de representação da comunidade local e da diversidade cultural brasileira em todas as suas dimensões e minúcias gera o sentimento de não pertencimento da população em relação à biblioteca e embora seja reconhecida a sua importância enquanto casa do saber da humanidade, não logra o seu devido valor?
- A biblioteca pública como um não-lugar, de certo modo, por não se tornar o espaço de manifestação e atuação dos atores sociais da localidade onde ela se situa, que engloba as classes subalternas, grupos identitários, povos originários, minorias; e tantas outras nomenclaturas que se use para identificar os sujeitos de um território e toda a sua diversidade, dificilmente sairá do paradoxo - território erudito desconexo de seu contexto social?
- A biblioteca pública como lugar de memória, ao continuar apresentando em seus produtos e serviços somente a partir da versão 'oficial' da história, conservando a visão do colonizador, sem abrir espaço para ouvirem-se as vozes outras e outros lados da história, as histórias de vida, as visões de mundo distintas e diversas, contemplando em seu espaço os agentes sócio-



histórico-culturais das diferentes camadas e setores de sua comunidade, contemplando a memória local e a subjetividade de seus agentes?

- A biblioteca pública sem apropriação não logrará ser realmente o lugar de memória, sendo, quando muito o espaço da história?
- A apropriação e relação de pertencimento da comunidade com a biblioteca pública passa também pela experiência deste lugar enquanto espaço de convivência comunitária, local de encontros e trocas, oportunizando, colaborando e estimulando os rearranjos subjetivos para a resolução dos problemas pessoais e coletivos, atuando no fomento de intervenções sociais e de produção da memória recente de sua comunidade?

A partir desses questionamentos reflexivos, esse texto alerta para a reflexão sobre o como a constituição da biblioteca pública no Brasil se deu a partir do emaranhado da colonialidade. Emaranhado este repleto de heranças eurocêntricas, delineamento de funções e usos pautados na cultura do privilégio, permeados por uma logística própria do racismo estrutural imposto e praticado até os dias de hoje. Assim, produzir uma possibilidade de transgressão, mesmo que ainda somente reflexiva, marca o início de um giro na via para compressão do tema proposto. Além disso, enfatiza a dinâmica informação – memória de um passado, de um presente e, que, alerta para mudanças de perspectiva no futuro.

Nesse sentido, a decolonidade da memória do conceito biblioteca pública necessita ser cuidadosamente estudada. E, é esse o caminho que os autores estão trilhando. Com isso, o desvelar de fissuras nessas narrativas propiciam o entrelaçamento da história e da memória, revelando pontos chave para admissão “da história que a história não conta” (MANGUEIRA, 2019). Essa comunicação que tem um caráter mais de ensaio contribui para o GT Informação e Memória porque se apresenta como uma nova via de compreensão e reparação da história e memória da bibliotecas públicas intencionando transformar essas instituições em lugares efetivamente antropológicos.

## REFERÊNCIAS

ACHILLES, D. **Bibliotecas públicas brasileiras: sob a perspectiva da memória e da experiência**. 2018. Tese de doutorado em Memória Social - Universidade Federal do Estado



do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.278 f. Disponível em: <<http://www.memoriasocial.pro.br/documentos/Teses/Tese90.pdf>>.

ACHILLES, D.; SILVA, R. O da. A biblioteca pública com um não-lugar. CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, XXVIII. 2019. **Anais...** Vitória, Brasil, 2019. Acesso em: <<https://portal.febab.org.br/anais/article/view/2210>>.

ADICHIE, C. **O perigo da história única**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019.

BARBIER, F. **História do livro**. São Paulo: Paulistana, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2011. (Leitura Filosóficas).

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 115 a 147, mar. 2008. Disponível em: Acesso em: 20 nov. 2021.

LANDER, E. La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. **Perspectivas latinoamericanas**, Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000.

LE GOFF, J. **A história pode ser dividida em pedaços?** Trad. Nícia Adan Bonatti. São Paulo: Ed. Unesp, 2015.

MORAES, Rubens Borba. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial**. São Paulo: Livros Técnicos e Científicos, 1979.

MUELLER, Susana P. M. Bibliotecas e sociedade: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca. **Rev. Bibliotecon.**, Universidade Brasília, v.13, n.1., p. 7-54, mar. 1984.

OLIVEIRA, Zita Catarina Prates de. **A biblioteca 'fora do tempo'**: políticas governamentais de bibliotecas públicas no Brasil, 1937 – 1989. 1994. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/1437>>. Acesso em: 09jun. 2022.

PAIVA, Marília de Abreu Martins de. **Bibliotecas públicas**: políticas do estado brasileiro de 1990 a 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2008.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **EstudosHistóricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n.10, 1992.



RABELLO, Odília Clark Peres. Da biblioteca pública à biblioteca popular: análise das contradições de uma trajetória. **R. Esc. Bibliotecon.** Belo Horizonte, UFMG, v.16, n.1, p. 19-42, mar. 1987.

SILVA, R. O.; ACHILLES, D.; SABBAG, D. M. A. Biblioteca pública e o lugar de si e do outro: lugar antropológico ou não-lugar?. **Palabra Clave (La Plata)**, Buenos Aires, n. 11, v. 2, 2022. <https://doi.org/10.24215/18539912e158>

SUAIDEN, Emir José. **Biblioteca pública brasileira: desempenho e perspectivas.** 1979. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Universidade Federal da Paraíba, 1979. 103 f.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. En: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.** Buenos Aires: CICCUS, 2005. p.227-278. (Colección Sur Sur, CLACSO. Perspectivas latino-americanas).

UNESCO. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas.** 1949.

UNESCO. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas.** 1972.

UNESCO. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas.** 1994. Disponível em: <<https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/plmanifesto-pt.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2022.

UNESCO. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas.** 2022.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história.** Tradução Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4. Ed. Reimpr. Brasília: Ed. UNB, 2014.

Samba enredo. História Para Ninar Gente Grande

G.R.E.S. Estação Primeira de Mangueira – Carnaval 2019

Composição: Deivid Domênico, Tomaz Miranda, Mama, Marcio Bola, Ronie Oliveira e Danilo Firmino